

## **Conhecimento de enfermeiros sobre o acolhimento da população LGBTQIAP+ no contexto de atenção primária em saúde**

**Knowledge of nurses about the reception of the LGBTQIAP+ population in the context of primary health care**

**Conocimientos de enfermeros sobre la acogida de la población LGBTQIAP+ en el contexto de la atención primaria de salud**

Recebido: 11/12/2023 | Revisado: 22/12/2023 | Aceitado: 23/12/2023 | Publicado: 27/12/2023

### **Marley Gomes de Freitas**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1567-8952>  
Centro Universitário Fametro, Brasil  
E-mail: [marley.freitas@outlook.com](mailto:marley.freitas@outlook.com)

### **Beatriz Oliveira Teixeira**

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-4582-4796>  
Centro Universitário Fametro, Brasil  
E-mail: [beeagw21@gmail.com](mailto:beeagw21@gmail.com)

### **Arisa Nara Saldanha de Almeida**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8637-5174>  
Centro Universitário Fametro, Brasil  
E-mail: [arisanaraa@gmail.com](mailto:arisanaraa@gmail.com)

### **Linicarla Fabíole de Souza Gomes**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8582-6992>  
Centro Universitário Fametro, Brasil  
E-mail: [linicarla.gomes@unifametro.edu.br](mailto:linicarla.gomes@unifametro.edu.br)

### **Juliana Freitas Marques**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8251-3472>  
Centro Universitário Fametro, Brasil  
E-mail: [juliana.fmarques@outlook.com](mailto:juliana.fmarques@outlook.com)

### **Resumo**

**Objetivo:** conhecer a percepção de enfermeiros da atenção primária em saúde acerca do acolhimento à população LGBTQIAP+. **Métodos:** trata-se de um estudo descritivo realizado com enfermeiros atuantes nas Unidades de Atenção Primária à Saúde (UAPS) da regional 1 do município Fortaleza-CE. Participaram 18 enfermeiros por meio de questionário eletrônico, durante os meses de novembro e dezembro de 2021. Os dados coletados receberam foram analisados por meio da análise categorial temática. **Resultados:** emergiram duas categorias que versaram sobre os conceitos e conhecimento dos enfermeiros da atenção primária sobre a população LGBTQIAP+; e a política de saúde da população LGBT e o acolhimento na atenção primária. Alguns enfermeiros possuem um conhecimento limitado sobre gênero, identidade e orientação sexual, apesar de conhecerem aspectos da política de saúde e implementarem ações de acolhimento nos serviços da atenção primária. **Conclusão:** percebe-se a lacuna de conhecimento sobre a população LGBTQIAP+ entre os enfermeiros pesquisados. Evidencia-se a necessidade de implementar ações de educação permanente, afim de capacitar os enfermeiros da atenção primária em saúde no acolhimento desse público específico.

**Palavras-chave:** Minorias sexuais e de gênero; Enfermagem; Atenção primária à saúde.

### **Abstract**

**Objective:** to know the perception of nurses in primary health care about the reception of the LGBTQIAP+ population. **Methods:** this is a descriptive study conducted with nurses working in the Primary Health Care Units (UAPS) of regional 1 of the city of Fortaleza-CE. Eighteen nurses participated through an electronic questionnaire, during the months of November and December 2021. The collected data were analyzed through thematic categorical analysis. **Results:** two categories emerged that dealt with the concepts and knowledge of primary care nurses about the LGBTQIAP+ population; and the health policy of the LGBT population and the reception in primary care. Some nurses have limited knowledge about gender, identity and sexual orientation, although they know aspects of health policy and implement host actions in primary care services. **Conclusion:** there is a knowledge gap about the LGBTQIAP+ population among the surveyed nurses. It is evident the need to implement permanent education actions in order to train nurses in primary health care in the reception of this specific public.

**Keywords:** Sexual and gender minorities; Nursing; Primary health care.

## Resumen

**Objetivo:** conocer la percepción de enfermeros de la atención primaria en salud acerca de la acogida a la población LGBTQIAP+. **Métodos:** se trata de un estudio descriptivo realizado con enfermeros actuantes en las Unidades de Atención Primaria de Salud (UAPS) de la regional 1 del municipio Fortaleza-CE. Participaron 18 enfermeros por medio de cuestionario electrónico, durante los meses de noviembre y diciembre de 2021. Los datos recolectados fueron analizados por medio del análisis categorial temático. **Resultados:** surgieron dos categorías que versaron sobre los conceptos y conocimiento de los enfermeros de la atención primaria sobre la población LGBTQIAP+; y la política de salud de la población LGBT y la acogida en la atención primaria. Algunos enfermeros poseen un conocimiento limitado sobre género, identidad y orientación sexual, a pesar de conocer aspectos de la política de salud e implementar acciones de acogida en los servicios de atención primaria. **Conclusión:** se percibe la brecha de conocimiento sobre la población LGBTQIAP+ entre los enfermeros investigados. Se evidencia la necesidad de implementar acciones de educación permanente, para capacitar a los enfermeros de la atención primaria en salud en la acogida de ese público específico.

**Palabras clave:** Minorités sexuelles; Enfermería; Atención primaria de salud.

## 1. Introdução

Historicamente, a população LGBTQIAP+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, “Queer”, Intersexuais, Assexuais e Pansexuais) é marcada por lutas, preconceitos e discriminação pelos diversos setores sociais, incluindo a área da saúde (Gomes, 2021).

No Brasil, foi somente em 2011, que surgiu a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT), com a perspectiva de garantir de acesso ao Serviço Único de Saúde (SUS), por meio de diretrizes integrativas e sanitárias para o acolhimento de qualidade desta população. A PNSI-LGBT visa a elaboração de ações educativas nas rotinas dos serviços de saúde voltadas à promoção da autoestima da população e a promoção de programas de educação continuada para profissionais de saúde com ênfase nas questões envolvendo orientação sexual (Brasil, 2013).

Entretanto, pesquisas demonstram o quão os profissionais de saúde ainda apresentam preconceitos socioculturalmente construídos, além de realizarem julgamentos comportamentais, atribuindo de forma generalizada distúrbios psíquicos e mentais e classificações de risco à população LGBTQIAP+ (Guimarães et al., 2021).

Tal perspectiva impõe a reflexão de que as barreiras enfrentadas pelas populações LGBTQIAP+ nos serviços de saúde são produto da desvalorização ou falta de reconhecimento dos próprios profissionais de saúde, que, em uma lógica circular, produzem ou acentuam restrições no que tange ao acesso a bens e recursos sociais, inclusive os cuidados em saúde. Esse processo também é fruto da falta de representação, das invisibilidades e dos estigmas associados às populações LGBTQIAP+ na sociedade e, por conseguinte, nos serviços de saúde (Ferreira & Bonan, 2021).

É frequente o relato de práticas discriminatórias nos serviços de saúde, o que impacta de forma negativa o acesso da população LGBTQIAP+, especialmente das pessoas travestis e transgêneras. Logo, urge a necessidade de capacitação constante das equipes de saúde para o atendimento humanizado e pautado nas políticas de acolhimento a esse público específico (Paranhos et al, 2021).

No âmbito da Atenção Primária em Saúde (APS), deve respeitar seus princípios fundamentais, considerando os determinantes e condicionantes sociais da saúde da população LGBTQIAP+. Considerando a atuação do enfermeiro na APS como membro da Equipe de Saúde da Família (ESF), o seu cuidado deve ser pautado na inclusão das minorias, para promoção da equidade (Santos et al., 2019).

No que tange à enfermagem, enquanto força de trabalho imprescindível na atenção primária, necessita engajar-se no enfrentamento à lgbtfobia, incorporando, nas suas práticas, uma compreensão do comportamento sexual e afetivo aberta à diversidade sexual. Tal engajamento pode resultar em acúmulo de conhecimentos e de habilidades técnicas que poderão determinar proteção e segurança às usuárias (Ketzner et al., 2022).

A população LGBTQIAP+ como um todo possui particularidades, porém cada grupo populacional que a compõe

possui especificidades que as diferenciam entre si. Há diversidades quanto à identidade de gênero, expressão de gênero, orientação sexual e de sexo biológico. Enquanto um conjunto de cidadãos que faz uso do SUS, está, também, sob a responsabilidade da Enfermagem no âmbito da APS e, portanto, cabe a esta categoria profissional prestar assistência integral com vistas à minimização das desigualdades sofridas por esta população (Santos et al., 2019).

O não reconhecimento das populações LGBTQIAP+ enquanto usuários da atenção primária gera obstáculos no acesso e na qualidade da assistência prestada, seja por meio das relações (usuário-profissional); seja por meio da organização e da dinâmica dos serviços; seja pelos elementos desse contexto, o que também tem relação com a forma como esses sujeitos são visibilizados nos canais de aparição (Ferreira & Bonan, 2021).

A partir desse contexto, pode-se refletir e aperfeiçoar a prática profissional, visto que o desconhecimento do enfermeiro sobre o público LGBTQIAP+ implica diretamente no cuidado prestado a essa população e nas ações para a promoção de sua saúde. O presente estudo tem como objetivo conhecer a percepção de enfermeiros da atenção primária em saúde acerca do acolhimento à população LGBTQIAP+.

## 2. Metodologia

Trata-se de um estudo qualitativo, do tipo descritivo, fundamentado nas Diretrizes de Critérios Consolidados para Relatos de Pesquisa Qualitativa (COREQ) (Souza et al., 2021). O estudo foi realizado com enfermeiros atuantes nas Unidades de Atenção Primária à Saúde (UAPS) da Regional 1 do município Fortaleza-CE.

A cidade de Fortaleza é subdividida em doze regiões administrativas e a regional I, localizada no extremo oeste da cidade, engloba 10 bairros com alta densidade populacional e vulnerabilidade social (Fortaleza, 2021). Devido a isto, os pesquisadores escolheram esta regional para realizar o estudo sobre a percepção de enfermeiros acerca do acolhimento à população LGBTQIAP+.

Foram incluídos enfermeiros que possuíam pelo menos um ano de atuação profissional no serviço de atenção primária da regional I do município de Fortaleza. Foram excluídos os enfermeiros que estavam afastados de suas atividades no período da coleta de dados. A amostra não probabilística, por conveniência, foi composta de 18 enfermeiros.

A coleta de dados foi realizada entre os meses de outubro e novembro de 2021. Considerando os protocolos de distanciamento social devido a pandemia, os processos de convite e coleta dos dados ocorreram de forma eletrônica. Assim, os indivíduos foram convidados a participarem do estudo por meio de e-mail, na ocasião, fora enviado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) por meio de link eletrônico.

Após confirmação do TCLE, os participantes recebiam via e-email um questionário eletrônico elaborado pelos autores no Google Forms. O referido instrumento trouxe inicialmente um levantamento sobre o perfil socioeconômico dos enfermeiros e, em seguida, abordou questões norteadoras relacionadas ao conhecimento dos profissionais sobre os conceitos da população LGBTQIAP+, da política nacional de saúde e sobre o acolhimento do enfermeiro à pessoa LGBTQIAP+ na atenção primária.

As respostas dos participantes foram digitadas no próprio questionário e analisadas conforme análise temática de Minayo, por meio da pré-análise dos dados, em que ocorreu leitura flutuante das informações. Em seguida foi realizada análise e interpretação das informações, com a elaboração de categorias temáticas (Minayo, 2014).

Os registros foram identificados pela letra E, referente a enfermeiro, seguido de um número contínuo (E1 a E18), com o intuito de garantir o sigilo e anonimato dos participantes. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa com parecer número 5.071.503.

## 3. Resultados

O estudo contou com a participação de 18 enfermeiros, dentre a amostra, 16 eram do gênero feminino e 2 do gênero

masculino. Notou-se, a partir da análise do perfil de faixa etária que todos os entrevistados estavam acima dos 28 anos de idade, predominantemente entre 40 e 50 anos (7 enfermeiros), seguido da faixa etária de 50 a 65 anos de idade (5 enfermeiros) e por fim de 28 aos 39 anos (6 enfermeiros).

Quanto ao tempo de atuação na Atenção Primária, notou-se uma grande variabilidade para cada profissional, porém a predominância foi de 10 a 20 anos de atuação.

### **Conceitos e conhecimento sobre a população LGBTQIAP+**

Os participantes foram questionados em relação a conceitos, sexualidades e sobre a política LGBT. Sobre a diferença entre identidade de gênero e orientação sexual, os entrevistados afirmaram saber a diferença entre as duas e todos explicaram tal diferenciação.

*Orientação sexual é o sentimento ou atração por pessoas do mesmo sexo ou do sexo oposto e a identidade é como a pessoa se vê, a percepção de si mesmo (E2).*

*Identidade de gênero é a como a pessoa se sente, como masculino ou feminino. Orientação sexual é a preferência em relacionamento sexual, se heterossexual, homossexual ou bissexual (E7).*

*Identidade de gênero é quando conceituados o gênero, com suas características, como sexo masculino, por exemplo. Já orientação sexual independe da identidade de gênero, são escolhas e elas podem ser flexíveis e mudam de acordo com as ideias e momento que o indivíduo se encontra (E9).*

*Identidade de gênero está relacionado a como o indivíduo se identifica quanto ao gênero, em como ele se vê e se sente. Orientação sexual é quando a pessoa se assume para si ou para a sociedade como pessoa livre e bem resolvida sexualmente (E12).*

Acerca da definição de transexualidade, a maioria dos enfermeiros afirmava saber o que é uma pessoa transexual. As afirmativas que mais se enquadraram no conceito e trouxeram um definições como:

*Transexual se caracteriza que não se identifica com o sexo biológico (E1).*

*Alguém que se vê diferente do gênero em que nasceu e pode ou não se submeter a tratamentos para mudança de características físicas (E13).*

No entanto, respostas pontuais sobre a definição de transexualidade foram dadas pelos participantes:

*Mudou o gênero (E8).*

*Sexo oposto ao que se considera (E11).*

Observa-se que alguns enfermeiros possuem um conhecimento limitado sobre a temática, valendo ressaltar que a transexualidade vai além da mudança de gênero ou da cirurgia de redesignação sexual. Apesar de ser tecnicamente difícil apontar um conceito definido para as pessoas trans, deve-se partir da concepção de autoidentificação, incluir o conhecimento sobre as terapias hormonais, a percepção do sujeito sobre como ele se vê e respeitar seus sentimentos e posicionamentos, bem como a inclusão do nome social (Rocon *et al.*, 2020).

Quanto à diferenciação das orientações sexuais: bissexual e pansexual, oito participantes afirmaram saber diferenciar. Dentre estes, quatro enfermeiros apresentaram conceitos não condizentes, com respostas incorretas.

*Pansexual ama qualquer ser vivo, bissexual ama tanto homem quanto mulher (E2).*

*Pan, atração por todos e bi atração por vários gêneros (E3).*

*Pansexual é um indivíduo que se enquandra em todos os conceitos de gênero de identidade de gênero e bissexual são pessoas que se classificam como homem e mulher (E5).*

*Bissexual tem interesse pelos dois sexos, Pan eu desconheço (E7).*

Quando o questionamento foi sobre conhecer a população não-binária, dos 18 enfermeiros, apenas quatro responderam:

*Pessoas que não se sentem pertencente a único gênero exclusivo (E1).*

*Que não se identifica com o sexo masculino e nem feminino (E3).*

*Aquele que não se a identifica com nenhuma orientação sexual (E5).*

*Quem não se encaixa em caixinha nenhuma (E6).*

Constata-se uma confusão em relação a identidade de gênero e orientação sexual. A primeira se refere a identificação da pessoa como homem, mulher, ambos ou nenhum dos dois gêneros. A orientação sexual está relacionada a atração sexual e sentimental entre as pessoas (Guimarães *et al.*, 2010).

Portanto, o conceito de população não-binária está relacionado a identidade de gênero, na qual a pessoa não se percebe pertencente a um gênero exclusivo. Já a bissexualidade e a pansexualidade estão atreladas ao conceito de orientação sexual, visto que a pessoa bissexual sente atração sexual ou afetiva pelos gêneros masculinos e femininos, e a pessoa pansexual se sente atraída afetivamente ou sexualmente pela pessoa independente da sua expressão de gênero (Machado *et al.*, 2022).

### **Política Nacional de Saúde da População LGBT (PNSI-LGBT) e o Acolhimento na Atenção Primária**

Foi indagado aos enfermeiros se eles conheciam a PNSI-LGBT e quais aspectos da política eram conhecidos. Metade dos partícipes afirmaram ter conhecimento sobre a política, sendo destacadas as seguintes menções:

*Busca acabar com a exclusão e preconceito contra essa população, promovendo a equidade, um dos princípios básicos do SUS (E2).*

*Esta política busca conscientizar os profissionais na assistência ao público LGBT deve ser tratado está população sem discriminação, pois todos os grupos minoritários são parte da população e precisam ser tratados igualitariamente (E3).*

*Não tenho domínio total, mas sei que trata de acolher e prestar atendimento sem discriminação de gênero e/ou orientação sexual (E12).*

Quanto ao acolhimento ofertado na atenção primária em saúde voltado ao público em questão, sete enfermeiros afirmaram ter implantado medidas para melhorar o atendimento ao público LGBT nos serviços de saúde, com destaque para as principais intervenções:

*Chamar pelo nome que a pessoa gosta de ser chamado, tendo uma postura acolhedora e sem julgamentos (E2).*

*Paciente trans, com documentos registrado de nascimento, coloco em sistema, mas pergunto por qual nome gosta de ser chamado e faço atendimento tratando pelo nome solicitado (E5).*

*Inclusão do nome social no prontuário eletrônico, priorização na realização de testes rápidos e encaminhamentos de risco (E15).*

Diante de um questionamento acerca dos assuntos e temas de atividades educativas para a população LGBTQIAP+, os enfermeiros em sua maioria trouxeram a prevenção das infecções sexualmente transmissíveis (IST) como a temática principal a ser trabalhada nas ações de educação em saúde. Dois dos enfermeiros destacou que já trabalhou com atividade educativa sobre os direitos da população no SUS.

*Sobre prevenção das IST (E11).*

*Sobre o fluxo do SUS e sobre os direitos para essa população (E13).*

É importante entender a limitação voltada não só para o acolhimento, mas para as práticas educativas voltadas à população LGBTQIAP+, pois ações de saúde com a visão unilateral voltada apenas para a prevenção de IST, reforça a estigmatização em torno dos comportamentos e sexualidade desse público específico.

#### **4. Discussão**

Para um debate favorável sobre a temática, é importante que o enfermeiro consiga conceituar identidade de gênero como a forma que o indivíduo se percebe, seja como homem, mulher, não binário ou com outras formas de expressão de gênero e, por sua vez, a orientação sexual como a maneira com que o indivíduo se relaciona, sua atração afetiva, emocional ou sexual (Santos et al., 2019).

Entende-se que diversidade sexual enquanto forma de expressão afetiva, busca de prazer ou forma de ser, ainda é vista como um tabu que silencia os profissionais de saúde e que reduz a experiência do encontro humano em torno da atenção à saúde. Em geral, os profissionais atribuem a dificuldade de compreensão em torno da população LGBTQIAP+ ao próprio contexto sociocultural ou ao desconhecimento sobre como o usuário vai reagir (Guimarães et al., 2021).

Outro conceito discutido entre os participantes da pesquisa foi sobre a transexualidade. Este é um dos conceitos mais discutidos dentre a diversidade de gênero. O sujeito transexual reivindica o direito de escolher seu sexo, acreditando ser esse diferente do que lhe foi concedido desde a concepção embrionária. A questão que ele apresenta em relação à sua identidade sexual gira em torno da disjunção entre o seu sexo e o gênero que almeja alcançar (Moreira & Marcos, 2019).

No entanto, a cirurgia de redesignação sexual faz parte do processo transexualizador e trata-se, primordialmente, de uma intervenção cirúrgica que modifica o órgão genital. No estudo, constatou-se que os enfermeiros conceituaram a transexualidade como a “mudança de sexo”, fato que está parcialmente equivocado, considerando que o indivíduo não está mudando de sexo, ele está adequando sua imagem corporal para condizer com seu gênero (Rocon et., 2020).

Ao mencionar bissexualidade, conceitua-se como o indivíduo sente atração por ambos os sexos, fato este que pode ser facilmente confundido com a pansexualidade, que por sua vez, é tida como uma quebra da binaridade, ampliando seu espectro de relacionamentos, com por exemplo transgêneros, intersexuais ou não binários (Siqueira & Klidzio, 2020).

É importante mencionar que gênero e sexualidade se enquadram e constituem determinantes sociais da saúde, relacionando-se com outros determinantes, como questões raciais ou socioeconômicas (Ferreira & Bonan, 2021). Desse modo, conhecer os gêneros existentes e sexualidades são fatores que interferem na qualidade do acolhimento do público LGBTQIAP+.

Sobre a orientação sexual, as definições seguem restrições baseadas no fato de que essas características não são facilmente observadas no indivíduo como outros aspectos marcados por fenótipos, tais como raça e sexo. O enfermeiro poderia

lançar mão de nomenclaturas como os termos mais comuns, heterossexual, lésbicas, homossexuais e/ou bissexuais, como forma de prevenir possíveis falhas nas respostas em virtude de um possível desconhecimento dos demais termos, mas a adoção desses termos perpassa pelo reconhecimento deste enquanto sujeito pertencente a esta orientação sexual (Suliano et al., 2022; Carvalho & Barreto, 2021).

É primordial que, os Enfermeiros que atuam na APS, compreendam os termos que envolvem a identidade de gênero e a orientação sexual, para poder atuar na criação de ambientes de apoio e acolhimento, prevenindo comportamentos de saúde perigosos, violência familiar e reduzindo o impacto negativo das respostas, na saúde mental, psicológica e sociológica dos indivíduos. Além disso, estes profissionais devem promover orientação aos pais sobre o comportamento sexual dos seus filhos, desmistificando as relações não pertencentes à heteronormatividade, e promovendo a partilha de informações que melhorem as atitudes e os comportamentos saudáveis (Machado et al., 2022).

No tocante a PNSI-LGBT, esta não emergiu pelos interesses da sociedade política brasileira, mas sim “de baixo para cima”, através de setores organizados da sociedade civil, de movimentos vinculados às demandas da população LGBT, historicamente excluída no Brasil. Tais demandas, uma vez institucionalizadas na sociedade política, obrigou-a a ampliar seus compromissos e ações, evidenciando a importância de garantir os direitos à saúde dessa população (Brasil, 2013; Martins et al., 2021).

Apesar das leis que consagram esses direitos, a manutenção do princípio de não discriminação continua sendo um grande desafio. Diante desse quadro multifacetado, não se pode ignorar a necessidade contínua de mobilização por movimentos sociais autônomos para garantir a proteção do direito à saúde para todas as identidades de gênero (Gomes, 2021).

A PNSI-LGBT tem como marca o reconhecimento dos efeitos da discriminação e da exclusão no processo de saúde-doença deste público específico. Suas diretrizes e seus objetivos estão, portanto, voltados para mudanças na determinação social da saúde, com vistas à redução das desigualdades relacionadas à saúde destes grupos sociais (Brasil, 2013).

Ainda que a PNSI-LGBT tenha onze anos de existência e que um de seus objetivos seja identificar as necessidades de saúde da referida população, existe a necessidade de ampliação de estudos, sobretudo na enfermagem, a fim de debater o cuidado do enfermeiro à população LGBTQIAP+ no âmbito da atenção primária, dando visibilidade e legitimando o espaço desse profissional no acolhimento e atendimento à este público (Santos et al., 2019).

É importante salientar que acolhimento, em seu conceito amplo, está ligado principalmente ao ato de escutar e receber o indivíduo, reconhecendo suas necessidades e legitimando-as (Brasil, 2013). Entretanto, não há como ter um acolhimento efetivo enquanto o enfermeiro não ter conhecimento sobre a política de saúde da população LGBT.

Discriminação, entaves de diálogo entre os profissionais da saúde e o público LGBTQIA+, além da violação quanto ao uso do nome social, manifestam-se como obstáculos de acesso dessas pessoas aos serviços de saúde, contribuindo para o adoecimento, na medida em que os nega e dificulta cuidados em saúde (Ferreira & Bonan, 2021).

No estudo, observou-se a limitação das práticas educativas realizadas pelos enfermeiros ao público em questão. Em pesquisa realizada sobre o cuidado da população LGBT na perspectiva de profissionais da APS, os autores reforçam a necessidade de investir em estratégias de educação democráticas e plurais que facilitem a implicação de todos a partir do reconhecimento da diferença de cada um. Não se trata de uma receita pronta, mas de uma estratégia que deve ser revista e reformulada de acordo com as realidades locais e com as contingências próprias do cotidiano das práticas de cuidado (Costa-Val et al., 2022).

Logo, educação em saúde deve ser pautada na humanização, na dignidade da pessoa humana e no respeito ao nome social e às identidades de gênero e na busca por um atendimento equânime (Silva et al., 2020).

Apesar da IST predominar na maioria dos estudos científicos sobre a população LGBTQIA+, temáticas relacionadas a saúde mental, suicídio e comportamento suicida, alimentação e nutrição, comportamento em saúde, envelhecimento, disforia

de gênero, violência, uso de álcool e drogas, entre outras, são exemplos de temas que necessitam ser trabalhados pelos profissionais dos serviços de saúde (Domene et al., 2022).

Enfermeiros que atuam no SUS possuem o dever de atender tal população de forma mais humanizada e acolhedora, proporcionando a referência e contra referência aos serviços de saúde afim de garantir a integralidade da assistência. Destaca-se, ainda a importância da educação continuada para profissionais atuantes não só na atenção primária, mas em toda rede de atenção à saúde (Brasil, 2013).

## 5. Considerações Finais

O estudo possibilitou uma análise reflexiva sobre o conhecimento dos enfermeiros acerca da população LGBTQIAP+. Pôde-se notar aspectos como conhecimento limitado que propiciam um acolhimento de baixa qualidade e práticas estigmatizantes.

Dentre as limitações do estudo, destaca-se a dificuldade de recrutar enfermeiros para participar pesquisa de forma online. Assim, o estudo teve uma participação reduzida de profissionais, pois além pandemia da COVID-19 que dificultou a coleta de dados presencial, muitos enfermeiros vivenciavam uma sobrecarga de trabalho que no período da coleta de dados.

O estudo permitiu analisar o conhecimento de enfermeiros sobre o acolhimento da população LGBTQIAP+ na atenção primária, evidenciando a necessidade de incluir esse grupo populacional nas demandas do SUS, além de realizar um acolhimento de forma integral. O conhecimento dos enfermeiros sobre gênero, identidade e orientação sexual, e sobre a política de saúde permite avançar na construção de uma atenção primária mais acolhedora. Sugere-se que mais estudos abordem a temática, visando contribuir para a melhoria do cuidado de enfermagem ao público LGBTQIAP+.

Frente a estas situações cabe uma reflexão sobre a formação do enfermeiro e a inserção do mesmo na atenção primária, buscando contemplar a PNSI-LGBT e a importância de reconhecer esta população tão vulnerável. É fundamental também a capacitação dos profissionais já atuantes, visando evitar preconceitos no atendimento ao público específico.

Em consonância ao exposto, nota-se uma necessidade de mais estudos sobre a população estudada, desde a criação de novas ferramentas de cuidado, como cartilhas, rodas de conversa e programas centralizados na população LGBT, notando uma preferência para as pessoas transsexuais, e não obstante, maiores estudos de caráter quantitativo e qualitativo para outros estados e municípios, a fim de identificar mais lacunas na assistência desses indivíduos.

## Referências

- Brasil (2013). Secretaria de Atenção à Saúde. Acolhimento à demanda espontânea. Ministério da Saúde. Brasília: DF. [https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento\\_demanda\\_espontanea\\_cab28v1.pdf](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento_demanda_espontanea_cab28v1.pdf)
- Brasil (2013). Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Ministério da Saúde. Brasília: DF. [https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_sau\\_lesbicas\\_gays.pdf](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_sau_lesbicas_gays.pdf)
- Carvalho A. A. de & Barreto R. C. V. (2021). A invisibilidade das pessoas LGBTQIA+ nas bases de dados: novas possibilidades na Pesquisa Nacional de Saúde 2019? *Ciênc saúde coletiva*, 26(9): 4059–64.
- Costa-Val, A., Manganelli, M. S., Moraes, V. M. F de, Cano-Prais, H. A., & Ribeiro, G. M. (2022). O cuidado da população LGBT na perspectiva de profissionais da Atenção Primária à Saúde. *Physis*, 32 (2):e320207.
- Domene, F. M., Silva, J. L., Toma, T. S, Silva, L. A. L. B, et al. (2022). Saúde da população LGBTQIA+: revisão de escopo rápida da produção científica brasileira. *Ciênc saúde coletiva*, 27(10): 3835–48.
- Ferreira, B. O., & Bonan, C. (2021). Vários tons de “não”: relatos de profissionais da Atenção Básica na assistência de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). *Interface (Botucatu)*, 25:e200327.
- Fortaleza, Ceará. (2020). Decreto No. 14.590, de 06 de fevereiro de 2020. [https://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/foruns-territoriais/assets/documents/DECRETO\\_N\\_14.590\\_DE\\_06\\_DE\\_FEVEREIRO\\_DE\\_2020.pdf](https://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/foruns-territoriais/assets/documents/DECRETO_N_14.590_DE_06_DE_FEVEREIRO_DE_2020.pdf)
- Gomes R. (2021). Participação dos movimentos sociais na saúde de gays e lésbicas. *Ciênc saúde coletiva*, 26 (6): 2291–300.



- Guimarães, R. C. P, Lorenzo, C. F. G, & Mendonça, A. V. M. (2010). Sexualidade e estigma na saúde: uma análise da patologização da diversidade sexual nos discursos de profissionais da rede básica. *Physis*, 31(1):e310128.
- Ketzer, N, Vieira, L. V, Schneck, C. A. et al. (2022). Saúde Sexual e Reprodutiva na Atenção Primária à Saúde: relatos de mulheres lésbicas. *Rev. baiana enferm.* 36.
- Machado, D, Brás, M, Almeida, A, & Cordeiro R. (2022). Impacto da revelação da homossexualidade na família: revisão integrativa da literatura. *Revista de Investigação & Inovação em Saúde*, 5(1), 139–154.
- Martins, D. A. B, Preuss, L. T, & Silva, S. C. (2021). Uma análise da Política Nacional de Saúde Integral LGBT à luz do conceito gramsciano de estado ampliado. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 126: 91-112.
- Minayo, M. C. S. (2014). *O desafio do conhecimento: pesquisas qualitativa em saúde*. São Paulo (SP): Hucitec.
- Moreira, E. A. S. & Marcos, C. M. (2019). Breve percurso histórico acerca da transexualidade. *Psicol. Rev.*, 25(2):593-609.
- Paranhos, W. R, Willerding, I. A. V, & Lapolli, É. M. (2021). Formação dos profissionais de saúde para o atendimento de LGBTQI+. *Interface (Botucatu)*, 25:e200684.
- Rocon, P. C, Sodré, F, Rodrigues, A, et al. (2020). Vidas após a cirurgia de redesignação sexual: sentidos produzidos para gênero e transexualidade. *Ciênc saúde coletiva*, 25(6): 2347–56.
- Santos, J. S, Silva, R. N, & Ferreira, M. A. (2019). Saúde da população LGBTI+ na Atenção Primária à Saúde e a inserção da Enfermagem. *Esc Anna Nery*, 23(4):e20190162.
- Silva, A. C. A, Alcântara, A. M, Oliveira, D. C. et al. (2020). Implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI LGBT) no Paraná, Brasil. *Interface (Botucatu)*, 24:e190568.
- Siqueira, M. D. & Klidzio, D. (2020). Bissexualidade e pansexualidade: identidades monodissidentes no contexto interiorano do Rio Grande do Sul. *Revista debates insubmissos*, 3(9): 186-217.
- Souza, V. R, Marziale, M. H, Silva, G. T, & Nascimento, P. L. (2021). Tradução e validação para a língua portuguesa e avaliação do guia COREQ. *Acta Paul Enferm.*, 34:eAPE02631.
- Suliano, D, Irfi, G, & Barreto, A. B. R. S. (2022). Orientação sexual e seus efeitos no mercado de trabalho: um estudo com base na técnica de revisão sistemática. *Rev bras estud popul.*, 39:e0186.